



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

ADRIANA KARLA FERREIRA DA SILVA

**A AGULHA E A LINHA... TECENDO FIOS NA RELAÇÃO
FAMÍLIA, CRIANÇA E APRENDIZAGEM**

**JOÃO PESSOA - PB
2013**

S586a Silva, Adriana Karla Ferreira da.

A agulha e a linha... tecendo fios na relação família, criança e aprendizagem / Adriana Karla Ferreira da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2013.
33f.

Orientador: Áurea Augusta R. da Mata
Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade à distância)
– UFPB/CE

1. Relação família-escola. 2. Processo ensino-aprendizagem.
3. Crianças. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.06 (043.2)

ADRIANA KARLA FERREIRA DA SILVA

**A AGULHA E A LINHA... TECENDO FIOS NA RELAÇÃO
FAMÍLIA, CRIANÇA E APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de
Educação da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito institucional para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Áurea Augusta R. da Mata.

**JOÃO PESSOA - PB
2013**

ADRIANA KARLA FERREIRA DA SILVA

**A AGULHA E A LINHA... TECENDO FIOS NA RELAÇÃO
FAMÍLIA, CRIANÇA E APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de
Educação da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito institucional para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Áurea Augusta R. da Mata.

APROVADA EM: ____ / Jul. / 2013.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Áurea Augusta R. da Mata (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

EXAMINADOR 1
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

EXAMINADOR 2
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

**JOÃO PESSOA - PB
2013**

*Dedico os meus esforços a DEUS e a todos
que acreditaram em mim, a minha mãe;
meus irmãos; meu esposo, Fernandes; e
minhas filhas: Clara e Fernanda.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer nada mais é do que acreditar em Deus. Reconhecer toda a ajuda oferecida de forma direta e indireta de pessoas que desejam e fazem o possível para ajudar. Para mim isso é fundamental diante de pessoas tão amadas.

Agradeço a minha família, a querida orientadora Áurea Augusta, que me ajudou nesse trabalho tão importante para a minha formação. E também a Adiel Mélo, por toda a motivação em todo o percurso.

Agradeço em especial a Ana Lúcia Amorim, por toda dedicação e ajuda durante o Estágio.

*Percebe e entende que os melhores amigos
São aqueles que estão em casa, esperando por ti
Acredita nos momentos mais difíceis da vida
Eles sempre estarão por perto, pois só sabem te amar
E se por acaso a dor chegar, ao teu lado vão estar
Pra te acolher e te amparar.
Pois, não há nada como um lar.
[...]*

*Tua família.
Tua família.
Tua família.*

(Tua família. Anjos de Resgate)

RESUMO

A relação entre família e escola hoje é tema de discussão entre educadores, coordenadores pedagógicos e gestão escolar, pois como instâncias socializadoras, a escola e a família constituem-se em fundamentais instituições no desenvolvimento da criança. Com o objetivo de apresentar a importância da família no processo de ensino e aprendizagem da criança, partido do problema da família e sua influência na aprendizagem da criança, assim como das possibilidades e condições adequadas que esse possa desempenhar no rendimento escolar, a pesquisa se justifica por trazer à tona a necessidade de desenvolver trabalhos em que possamos conscientizar os pais e responsáveis da importância do seu envolvimento no processo de aprendizagem da criança. Metodologicamente, nos valem da pesquisa bibliográfica e tivemos como fontes primárias de pesquisa: livros, artigos e teses acadêmicas. Assumimos como referencial teórico, autores como Engels (2002), que trata da história da família; Casarin (2007), que enfatiza a relação da família e escola; e, Castro e Regattieri (2010), que traçam a educação nas instituições família e escola ao longo dos anos. A exposição dos dados foram organizados a partir dos objetivos propostos, e ficaram seguinte forma: (1) a família e suas reflexões conceituais e seu contexto histórico; (2) a influência/interferência dos problemas familiares e sua relação com a aprendizagem; e, (3) a análise da estreita relação entre a família, escola, criança e aprendizagem, que proporcionou uma visão paralela destas relações.

Palavras-Chave: Família. Escola. Processo Ensino Aprendizagem.

ABSTRACT

The relationship between family and school today is the subject of discussion among educators, pedagogical coordinators and school management, because as instances socializing, the school and the family are fundamental institutions in the development of the child. With the goal of presenting the importance of family in the teaching and learning process of the child, the family problem and its influence on children's learning, as well as the possibilities and conditions that this can play in school performance, the research is justified by bringing up the need to develop works in which we can raise the awareness of parents and guardians of the importance of their involvement in the learning process of the child. Methodologically, are of bibliographical research and had as primary sources of research: books, articles and academic theses. We take as theoretical reference, authors such as: Engels (2002), which deals with the history of the family; Casarin (2007), which emphasizes the relationship of family and school; and Castro and Regattieri (2010), that trace the family institutions and school education over the years. The data were organized from the proposed objectives, and were as follows: (1) the family and his conceptual reflections and its historical context; (2) the influence/interference of family problems and their relationship with learning; and, (3) the analysis of the close relationship between the child and family, school, learning, which provided a parallel vision of these relationships.

Keywords: Family. School. Process Learning Education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I		
2	Tecendo a família no contexto histórico	14
2.1	A família na sociedade contemporânea	18
CAPÍTULO II		
3	Tecendo a influência dos problemas familiares e as dificuldades na aprendizagem ..	21
3.1	Separação e as transformações familiares	23
CAPÍTULO III		
4	Tecendo a relação entre a família, escola e aprendizagem	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
6	REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a história da família tem dissecado muitas teses, como também despertado muita reflexões acerca dos cuidados com as crianças, pois, as famílias se modificaram junto com os avanços tecnológicos, trazendo mudanças radicais no comportamento e, conseqüentemente, gerando novas ideias sobre a sociedade atual. Tal modificação nos faz refletir sobre as novas ideias em relação ao crescimento dos filhos numa sociedade em constante transformação e, hoje se trata de mudanças radicais nos tempos profissionais, os quais transformam os tempos das famílias. Porém, sem perder o seu papel de instituição social primeira na formação da criança. Dependendo dela a formação da personalidade adulta que a crianças virá a ser. Sendo assim, as crianças devem ser cuidadas, protegidas e preparadas para a vida sucessiva, no mundo do trabalho dos adultos.

Uma ideia que muito se sustentou no modelo de família tradicional, onde a mãe era aquela que nutria e cuidava da casa e o marido era o pai que ganhava dinheiro, pois nesta família o cuidado com as crianças tinha seu lugar social exclusivo – tendo a família a função de educar as crianças a se portar com responsabilidade e integridade no mundo em que vivemos.

Segundo Paschoal e Machado (2009, p. 79), do ponto de vista histórico, “a educação da criança esteve sob a responsabilidade exclusiva da família durante séculos, porque era no convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras de sua cultura”.

O nascimento das indústrias alterou profundamente a estrutura familiar, pois promoveu uma construção social que favoreceu o crescimento urbano e, conseqüentemente a transformação das famílias. As mães se tornaram operárias ou cuidadora de crianças de mães operárias, integrando as mulheres ao mercado de trabalho. Em muitos, casos era esse trabalho que garantia o sustento básico das famílias.

Os anos passaram, as mulheres foram ganhando mais oportunidades e espaço. Assim, a família tradicional mudou, tornou-se moderna e depois contemporânea. O pai não é mais o único responsável pelo sustento da casa, assim como a mãe não é mais a única responsável pela educação dos filhos. Ambos tornaram-se cúmplice no sustento e na educação. Sobretudo, a família continua sendo, tradicionalmente, a primeira instituição social na formação da criança, só que de forma mais desafiadora e exigente, assim como gratificante.

De acordo com as autoras Paschoal e Machado (2009), na sociedade contemporânea, por sua vez, a criança tem a oportunidade de frequentar um ambiente de socialização, convivendo e aprendendo sobre sua cultura mediante diferentes interações com seus pares.

De fato, a relação familiar, pais e filhos, é fundamental para o desenvolvimento individual do futuro cidadão, assim como a sua inserção na sociedade. Tendo a escola a função, conseguinte ao da família, de apurar a visão do futuro cidadão em relação ao mundo em vivem. Sendo assim, é pretendido com esse trabalho desmistificar a educação técnica – que vem da escola, da educação social – tanto formal quanto informal, que vem da família.

O interesse pelo tema-título surgiu durante o meu percurso profissional, que depara-se todos os dias com a necessidade de trocar informações sobre as dificuldades de determinadas crianças na escola. Em muitos casos, durante o ano letivo, não vemos os pais, mesmo em datas comemorativas que os homenageiam, pois, possivelmente deve existir algum receio por parte dos pais de participar das atividades devido as prováveis cobranças que a escola possa fazer. Entretanto, entendemos que esse momento serve para prestigiar e não para por a prova o conselho de pais e mestres.

Somos, portanto, coniventes a ideia de que “os cuidados dos filhos em idade escolar exigem da família grande coesão e organização” (FICHTNER, 1996 *apud* EIZIRIK, 2001, p. 103), sendo a escola um tipo de vitrine da família, mostrando para os pais o que está indo bem e o que está indo mal na educação dos filhos. E, em muitos casos, como afirma Rocha e Macêdo (2002, p. 23), a família sustenta várias fantasias em relação à escola, por exemplo, o desejo de que escola eduque o filho, principalmente em situações que a família não se sente preparada, como em questões que envolvem limites e sexualidade, ou ainda, que o filho seja preparado para ingressar em universidades e obter êxito profissional e financeiro.

Nesse diapasão, o trabalho se justifica por debater e trazer à tona a necessidade da escola desenvolver um trabalho em que possamos conscientizar os pais e responsáveis da importância do seu envolvimento no processo de ensino aprendizagem da criança em qualquer fase da vida. Por isso, objetivamos tecer no transcorrer do estudo, qual é a importância da família no processo de ensino e aprendizagem da criança, desde o nascimento até a fase adulta.

Durante anos, muitas pesquisas foram realizadas em torno das condições sociais, da prática pedagógica ou sobre o estímulo intelectual da criança na sala de aula, como causas consequências de déficit de aprendizagem. Mas recentemente, nós docentes, nos atentamos para um fato muito comum e frequente nas escolas da contemporaneidade, *a ausência dos pais*. Por muito tempo, nos conselhos de classes, nós: educadores, coordenador e gestor,

procuraram entender quais foram os motivos que levaram esses pais, simplesmente a “jogar” seus filhos nas escolas para que os professores os educassem e alfabetizassem. Por este motivo, o nosso estudo tem como foco a problemática que questiona o desempenho da criança na escola e a influência da família nesse desempenho. Partimos do seguinte problema: de que forma a família influencia/interfere na aprendizagem da criança na fase escolar? Como a família pode possibilitar condições adequadas para que a criança tenha um desempenho escolar adequado?

Tomando por base autores como Engels (2002), Casarin (2007), Castro e Regattieri (2010), procuramos responder a estes questionamentos e analisar a relação e influência que a família tem no processo de aprendizagem, através da participação da vida escolar da criança. Levando em consideração o fato de que,

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois, a muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (PIAGET, 2000, p. 50).

Desse modo pretendo, objetivamente, tecer a importância da família no processo de ensino e aprendizagem da criança em todas as fases da vida. Metodologicamente, nos valem da pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (1999, p. 22), é “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na internet”, a mesma nos possibilitará fazer um levantamento das características, componentes, fatos e fenômenos do papel da família e da escola na educação e no desenvolvimento das crianças e os fatores que exercem influência na interação dessa relação, entre família e escola. Nesse tipo de pesquisa, como afirma Gil (1999, p. 43), “o produto final [...] passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados”. No presente estudo, nos utilizamos de pesquisa bibliográfica que de acordo com.

A escola e a família, assim como a sociedade no geral, passaram por transformações profundas desta a Revolução Industrial, até os dias atuais; essas mudanças acabaram por interferir na estrutura familiar, fazendo com que muitas mães fossem trabalhar fora de casa, deixando seus filhos nas escolas ou em creches; na escola, essas mudanças alteraram a sua dinâmica, assumindo a escola tarefas educativas que também deveriam ser da família.

Após nos debruçarmos sobre essas temáticas, o método de exposição de nosso estudo ficou assim organizado: no primeiro capítulo abordaremos sobre a família e suas reflexões conceituais e seu contexto histórico; enquanto no segundo, trataremos da influência/interferência dos problemas familiares e sua relação com a aprendizagem; no terceiro capítulo abordaremos sobre a análise da estreita relação entre a família, escola, criança e aprendizagem, que proporcionou uma visão paralela destas relações; e por fim, apresentamos as considerações finais.

CAPÍTULO I

2 Tecendo a família no contexto histórico

Historicamente, a família não era um assunto relevante para estudos. Tanto é que sua conceitualização só ganhou maturação e foi motivo de discussão e divulgação muito tempo depois, derivado de muitos estudos e constantes buscas sobre teorias que explicassem a origem da estruturação familiar.

O autor Engels – em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, publicada em 1884 – afirma que a palavra “família” não significa um ideal, daquela que une sentimentalismo as dissensões domésticas; a princípio, entre os romanos, não se aplicava sequer ao par de cônjuges e aos seus filhos, mas somente aos escravos. Pois, *famulus* que dizer escravo doméstico e a *família* é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem.

O autor revela, ainda, que o desfecho da família nos tempos de Gaio, era expresso com o termo “*id est patrimonium*” para transmitir o significado da família como uma herança, ou seja, “isto é, herança” expedida em testamento.

A expressão (família) foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder sua mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano. E o direito de vida e morte sobre todos eles. ‘A palavra não é, pois, mais antiga que férreo sistema familiar das tribos latinas, que nasceu ao introduzirem-se a agricultura e a escravidão legal, depois da cisão entre gregos e latinos’ (ENGELS, 2002, p. 58).

Complementamos a ideia do autor citando Lopes (2008, p. 06-07) quando ele afirma que o casamento em Roma não criava “família”, mas sim uma unidade produtiva, onde os pais de família comandavam os outros membros e tornam-se os “gerentes” de um fundo patrimonial. Sendo a família romana um modelo de unidade de consumo.

De fato, a trajetória histórica da estrutura familiar em diversos momentos, tanto o termo quanto o sentido da palavra família, sofre fortes mudanças por influências sociais, políticas, econômicas e principalmente, culturais. O que ocasionou alterações na sua estrutura e na sua composição familiar.

Historicamente, estudos apontam que devido à vida nômade dos povos primitivos, as famílias eram organizadas em *sociedade matriarcal*, onde a mulher, segundo Engels (2002, p.

36), tinha os mesmos direitos que o homem e, entre os agricultores primitivos, gozava da mesma preponderância pelo fato de dirigir a economia, a transformação da criação de gado e da agricultura em ramos econômicos essenciais assegurada ao homem, pastor e agricultor, a supremacia na sociedade. Nessa sociedade conhecida como matriarcal, a figura materna tinha uma forte influência, onde a sua prole era mantida e educada apenas exclusivamente pela genitora. Sendo, essas mulheres, ainda possuidoras do direito a propriedade e de certos privilégios políticos.

Com o passar do tempo a organização matriarcal ganhou outras características e denominações que deu origem a outras estruturas familiar.

Durante esse período, após a proibição do relacionamento sexual entre pais e filhos e entre irmãos, surgiu à *família punaluana*, também conhecida como família por grupo, onde os membros se uniam com componentes de grupos diferentes. Nesse contexto, os homens poderiam se casar somente com um elemento de outro grupo. Na *família sindesmática* ou de casal, a união acontecia entre casais que respeitavam o tabu do incesto, mas sem a obrigatoriedade do casamento intergrupos. Este tipo de família, encontrada entre os nômades, tinha como característica a convivência de vários casais no mesmo espaço e sob a autoridade matriarcal (*autor desconhecido*).

Lentamente, a mulher foi perdendo seu espaço. Segundo Engels:

O desmoronamento do direito materno, foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida (ENGELS, 2002, p. 61).

De acordo com o referido autor, esse é o primeiro efeito do poder exclusivo dos homens no interior da família, já entre os povos civilizados, é o patriarcado. Já a família monogâmica, que nasce no período de transição entre a fase média e superior da barbárie, é expressão da “grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo” e coincide com o triunfo da civilização nascente.

Tomando como referência Machado (2000, p. 03), foi na Antiga Roma que normas severas fizeram e sistematizaram a família em uma *sociedade patriarcal*. Onde, a família romana era organizada preponderantemente, no poder e na posição do pai, chefe da comunidade. O pátrio poder tinha caráter unitário exercido pelo pai. Este era uma pessoa *sui jûris*, ou seja, chefiava todo o resto da família que vivia sobre seu comando, os demais membros eram *alini jûris*, os dependentes.

Com base na análise do estudo de Engels (2002), o modelo de família patriarcal tinha como:

Finalidade procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e os laços conjugais são sólidos, muito mais agora, cabendo somente ao homem rompê-los, a quem igualmente se concede o direito à infidelidade. Quanto à mulher, exige-se que guarde uma castidade e fidelidade conjugal rigorosa, todavia, para o homem não representa mais que a mãe de seus filhos. A monogamia aparece na história sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como a proclamação de um conflito entre os sexos” (ENGELS, 2002, p. 53).

Segundo Morgan (*apud* OSÓRIO, 1996, p. 31), “havia originalmente uma promiscuidade absoluta, sem qualquer interdição para o intercuro sexual entre os seres humanos. Este teria sido o período da família consanguínea, estruturada a partir dos acasalamentos dentro de um mesmo grupo”.

Porém, com o passar dos anos o homem/a mulher, como seres humanos, sentiram outras necessidades, inclusive, a de criar vínculo consanguíneo – para assegurar que o poder aquisitivo se mantivesse na “família”.

Esse agrupamento humano foi organizado e reorganizado o que garantiu a sua forma de *família*, portanto não podemos dizer que é predominante esse modelo ou outro de estrutura familiar, mas durante esse período histórico várias estruturas organizacionais de família surgiram, entre elas a matriarcal e patriarcal, que já foram citadas conseqüentes, anteriormente – a nuclear, punaluana, sindesmática, escrava, monogâmica e consanguínea.

De acordo com Almeida (2009), em seu artigo resumiu muito bem a estrutura organizacional da família na sociedade primitiva:

Família Consanguínea – foi a primeira etapa da família. Nesta fase todos os avôs e avós são maridos e mulheres entre si, bem como os netos e bisnetos. Irmãos e irmãs são maridos e mulheres entre si uns dos outros. Havia uma relação carnal mutua entre todos os membros da família, desta relação excluía os pais e filhos.

Família Punaluana – nessa segunda forma de organização familiar ocorre a exclusão dos irmãos uterinos e posteriormente a proibição dos irmãos colaterais (primos em seus diversos graus) das relações sexuais recíprocas. As mulheres ou grupos de irmãs formavam um núcleo de uma comunidade e seus irmãos carnais um outro. As mulheres comuns tinham maridos comuns dos quais seus irmãos eram excluídos. Aqui pela primeira vez surge a categoria de sobrinhos e sobrinhas, primos e primas. Na família punaluana a descendência só pode ser estabelecida pelo lado materno, e por isso, só se reconhece a linhagem feminina.

Todos têm por tronco comum uma mãe, onde formam-se gerações de irmãs. Aqui estabelecido o direito materno, que é o reconhecimento exclusivo da filiação materna e as relações de herança. Da família punaluana surgem as gens. A principal característica dessa forma de família era a comunidade recíproca de maridos e mulheres, o que podemos chamar de família por grupos, relacionamento conjugal ou matrimônio por grupo.

Família Sindiásmica – ainda na fase da matrimônio grupal, já se formavam uniões por pares de duração mais ou menos longa.

O homem tinha uma mulher principal entre as suas numerosas esposas e mulher apenas um marido. Nesta fase o homem vive com uma mulher, porém este tem como direito a poligamia e a infidelidade conjugal. Das mulheres exigia-se uma fidelidade extrema e se a mesma fosse pega em adultério seria castigada severamente.

Apesar de todas estas normas, o vínculo conjugal poderia ser dissolvido facilmente por qualquer uma das partes, os filhos, porém ficavam sobre a responsabilidade da mãe.

Esse período é marcado pela escassez de mulheres, devido à redução dos grupos conjugal, assim surge à prática de rapto de mulheres (das tribos inimigas) e a compra de mulheres.

Outras características dessa fase são:

- Matrimônio por rapto;
- Matrimônio por compra;
- Casamentos arranjados com o consentimento da mãe;
- A autoridade materna e seu domínio na família;
- Transição do matrimônio por grupo ao matrimônio sindiásmico;
- Os ritos religiosos ou tradições regradas a sexos de forma grupal;
- Fim do direito materno
- Formação da família submetida ao poder paterno

Família Monogâmica – baseia-se no predomínio do homem, tendo como finalidade expressa é a de procriar filhos, cuja paternidade não pode ser questionada, pois seus filhos serão herdeiros de seus bens e posses. A família monogâmica possuía uma solidez muito mais forte e maior dos laços conjugais. Como regra, só os homens pode rompê-lo ou pode também repudiar sua esposa. Ainda é direito do homem a infidelidade conjugal desde que não traga outra mulher para dentro de sua casa. Porém a mulher se assim o fizer será castigada rigorosamente. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômica, valorizando a propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva.

A esse respeito Lopes (2008, p. 06) afirma que ao “uso continuado da palavra família podemos pensar muita coisa, mas temos de estar atentos para o fato de que a continuidade do uso da palavra pode esconder a descontinuidade de suas práticas”.

Hoje, as famílias estão compostas nas suas mais variadas formas, considerando que as estruturas se formam influenciadas por fatores internos e externos. Como afirma Osório,

[...] a família pode se apresentar, a grosso modo, sob três formatos básicos: a nuclear (conjugal), a extensa (consanguínea) e a abrangente. Por família nuclear entenda-se a constituída pelo tripé pai-mãe-filhos; por família extensa a que se componha também por outros membros que tenham quaisquer laços de parentesco e abrangente a que inclua mesmo os não parentes que coabitem (...). Família é uma unidade grupal onde se desenvolvem três tipos de relações pessoais – aliança (casal), filiação (pais/filhos) e consanguinidade (irmãos) – e que a partir dos objetivos genéricos de preservar a espécie, nutrir e proteger a descendência e fornecer-lhe condições para a aquisição de suas identidades pessoais, desenvolveu através dos tempos funções diversificadas de transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais (OSÓRIO, 1996, p. 16).

Durante séculos a tradição jurídica ocidental identificou “família” como a realidade social criada pelo casamento. No Brasil, o conceito jurídico de família foi ampliado pela constituição da República de 1988, no seu art. 226, §§ 3º e 4º, da Constituição da República, ao se referir, expressamente, a duas outras formas de entidades familiares: a união estável e a família formada por um ascendente e seus descendentes (ROCHA, 2011, p. 09).

Nesse contexto, vimos que a família no seu contexto histórico é ampla e valorosa por contar o nosso próprio trajeto e a formação da sociedade atual.

A partir de agora, trataremos sobre o assunto família na contemporaneidade, uma vez que essa é a parte em que analisamos o termo família na sociedade atual e sua finalidade, sendo ela a primeira e mais importante instituição social à qual o indivíduo faz parte, e de suma influência na sua formação.

2.1 A família na sociedade contemporânea

Levando em consideração o contexto histórico explicito anteriormente, é importante citar uma importante observação de Marx (*apud* ENGELS, 2002), sobre a estrutura familiar moderna,

A família moderna contém, em germe, não apenas a escravidão (*servitus*) como também a servidão, pois, desde o começo, está relacionada com os serviços da agricultura. Encerra, *em miniatura*, todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado (p. 62).

Esse pressuposto sustenta o fato de que a família passou por importantes transformações a sua história, as quais relacionam contextos sociais, culturais e econômicos. No Brasil-Colônia, por exemplo, foi marcado pela escravidão e pela produção rural, desse modo percebemos um modelo de família extensa e patriarcal onde os casamentos baseavam-se em interesses econômicos e as mulheres eram destinadas aos afazeres domésticos e à educação dos filhos.

No entanto, o contexto familiar atravessou por um período de efervescência, fazendo com que percebêssemos a família não somente como mera instituição jurídica, mas sim como um instrumento para a promoção da personalidade humana, mais contemporânea e afinada com o tom constitucional da dignidade da pessoa humana. Não mais encerrando a família num fim em si mesma, finalmente, averba-se que ninguém nasce para constituí-la (a velha família cimentada no casamento, não raro, arranjado pelo pai que prometia a mão de sua filha, como se fosse uma simples negociação patrimonial ou aquela da época da escravidão). Ao revés, trata-se do lugar privilegiado, o ninho afetivo, onde a pessoa nasce inserta e no qual modelará e desenvolverá a sua personalidade, na busca da felicidade, verdadeiro desiderato da pessoa humana. Está é a família da nova era (FARIAS, 2004. *Contracapa*).

Com a democratização da sociedade, resultado das transformações ocorridas durante a industrialização e a inevitável urbanização, provocaram alterações nas organizações familiares, transformando-as na “família da nova era”.

Esse tipo de família organiza-se em uma estrutura denominada original, formada pelos pais e filhos, ligados pelos laços matrimoniais ou por laços afetivos. Conforme aponta Oliveira,

A família transforma-se no sentido de que se acentuam as relações de sentimentos entre os membros do grupo: valorizam-se as funções afetivas da família, que se torna o refúgio privilegiado das pessoas contra a agitação da vida nas grandes cidades e das pressões econômicas e sociais. É o fenômeno social da família conjugal, ou nuclear ou de procriação, onde o que mais conta, portanto, é a intensidade das relações pessoais de seus membros (OLIVEIRA, 2002, p. 13).

Como podemos perceber nas palavras do autor, existe uma nova estrutura familiar na sociedade contemporânea: conjugal, nuclear e de procriação. Sobretudo, em todas essas estruturas existe apenas uma familiaridade, as mães podem trabalhar e elas não são as únicas responsáveis pelos cuidados com os filhos, em muitos casos a figura materna é a única responsável pelo sustento da família. Outro fator semelhante é que em todas essas estruturas existe o pai, a mãe e o(s) filho(s).

Essa família da nova era é fundamentada na cooperação, afetividade e no respeito entre seus membros, isso significa, para Lôbo (2006, p. 99), “a realização da afetividade pela pessoa do grupo familiar; no humanismo que só se constrói na solidariedade com o outro”.

Os arranjos familiares aparecem de diversas formas na sociedade contemporânea, pois as famílias nessa sociedade não acontecem somente entre um homem, uma mulher e o(s) filho(s), como já foi dito, pode acontecer só entre a figura da(o) mãe/pai e o(s) filho(s), como entre pessoas do mesmo sexo e filho(s). A nossa sociedade encontra-se em uma fase de mente aberta e madura para as diversidades que evoluíram junto com os avanços tecnológicos.

Porém, na família, dita universal, algo é comum a eles: a educação, que vem primeiro dessa família para depois chegar às escolas. A família é responsável, incontestavelmente, pela educação das crianças antes mesmo de ingressarem nas escolas, sendo o ponto inicial de fundamental importância na formação desses futuros cidadãos. Sendo este um assunto que será discutido no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

3 Tecendo a influência dos problemas familiares e as dificuldades na aprendizagem

O ambiente familiar é um ponto chave no desenvolvimento e educação da criança, porém é um campo pouco explorado cientificamente na área da educação; já em outras áreas como psicologia e a sociologia, percebemos que existem mais estudos enfatizando a importância da presença da família na educação das crianças. A Constituição Federal no seu art. 205, estabelece a família como fundamental na formação cultural e social de qualquer indivíduo, devendo, a família desempenhar o papel educacional e não incumbir apenas à escola a função de educar.

Nesse contexto, procuraremos nesse capítulo analisar a influência da família relacionada ao panorama da educação, para assim, podermos entender até que ponto este pode interferir na aprendizagem da criança das séries iniciais. Levando em consideração o fato de que a família está sempre presente em todos os ciclos da vida humana, conforme aponta Evangelista e Gomes (2003, p. 203), “a família é o primeiro e principal contexto de socialização dos seres humanos, é um entorno constante na vida das pessoas; mesmo que ao longo do ciclo vital se cruze com outros contextos como a escola e o trabalho”.

Relacionando ao desenvolvimento da criança podemos destacar o meio em que ela vive como um espaço de descobertas e sensações, sendo esse o seu primeiro modelo de comportamento. A família é responsável pela aquisição intelectual durante todos os anos de vida em que a criança vive neste ambiente, assim como no seu desenvolvimento acadêmico, pois este tem como incentivador a família. Desse modo, podemos entender o fator família como ativos na aprendizagem da criança. Sobre o assunto, Médici (1961) afirma que:

[...] Todo o seu progresso psicológico foi realizado, até então, através das relações com outrem, principalmente aos pais. De começo, a criança fundiu-se com as pessoas que a rodeiam, identificou-se com elas, foi invadida pela sua presença [...] (MÉDICI, 1961 *apud* SOUSA; JOSÉ FILHO, 2008, p. 02).

A família assume um importante papel, tanto é que alguns fatores externos e internos, que são proporcionados pelo ambiente familiar, influenciam fortemente na vida da criança. Quando nos referimos a fatores externo e interno, estamos retratando:

- *Fator externo* – refere-se ao universo social em que a criança cresce, o que determina diferentes circunstâncias, como negociar, cooperar, competir e ter oportunidade experimentar relações com iguais e aprender umas com as outras.
- *Fator interno* – refere-se às relações estabelecidas na família que a criança vive o que determina a fala, organização, cultura, está relacionada ao cotidiano familiar e é de grande influencia no comportamento da criança.

Sobre os fatores internos, Muñoz *et. al.* (2005), apontam que existem alguns comportamentos sociais que se vivenciado por membros da família podem contribuir para um mal desempenho da criança na escola, tais como: o alcoolismo, as ausências prolongadas, as enfermidades e o falecimento dos pais. Para além desses, os referidos autores destacam a violência doméstica e a separação conjugal. Em relação aos irmãos, os autores ressaltam as relações de competitividade e rivalidade. Além, dos maus hábitos (permitidos ou negligenciados pelos pais), como assistir televisão demasiadamente e falta de descanso também contribuem.

E, como fatores externos, Muñoz *et. al.* (2005), cita as possíveis influências dos desdobramentos oriundos dos fatores socioeconômicos dos quais os pais estão inseridos. A maioria dos alunos das escolas públicas vive uma situação socioeconômica pautada por más condições de moradia, a falta de espaço, de luz, de higiene, assim como da alimentação mínima necessária para o crescimento e desenvolvimento infantil adequado.

Nesse diapasão, podemos observar que é imprescindível discutir sobre as dificuldades familiares frente ao desenvolvimento da criança. Pois, se a criança encontra um lar de aconchego, que lhe ofereça alimentação, dormida adequada e afeto ela se apresentará como uma criança promovida do bem-estar visível, nas suas vestimentas e comportamento atitudinal. Mas, quando a criança não desfruta desses direitos, encontramos uma criança inquieta, triste e com um comportamento que precisa de constante atenção. Considerando a instituição escola, entende-se que esses são fatores internos e externos que contribuem para tal atitude, mas fora desta instituição talvez a resposta da sociedade seja bem diferente para aquela criança que tem um ambiente desordenado e que lhe proporcionou, também, um comportamento desordenado.

Com base nesse contexto e na concepção de Sousa e José Filho (2008), a família é a responsável pelos cuidados físicos, pelo desenvolvimento psicológico, emocional, moral e cultural da criança na sociedade, desde o seu nascimento. Com isso, através dos primeiros contatos com a família a criança supre suas necessidades e inicia a construção dos seus esquemas perceptuais, motores, cognitivos, linguísticos e afetivos. Também é a partir da

família que a criança estabelece ligações emocionais para o estabelecimento de uma socialização adequada. Ainda na concepção desses autores,

O ambiente familiar é a formação da “base de personalidade”, onde a criança cresce, atua, desenvolve e expõe seus sentimentos, experimentam as primeiras recompensas e punições, a primeira imagem de si mesma e seus primeiros modelos de comportamentos – que vão se inscrevendo no interior dela e configurando seu mundo interior. Isto funciona como fator determinante no desenvolvimento da consciência, sujeita a influências subsequentes (SOUSA; JOSÉ FILHO, 2008, p. 02).

Como podemos observar na fala desses autores a influência do ambiente familiar é relevante na formação humana da criança desde o seu nascimento.

A filósofa e mestra em educação, Zagury (2000), alerta para a necessidade de os pais serem críticos nas orientações e conhecimentos adquiridos sobre a educação dos filhos e chama a atenção sobre os limites e a necessidade da autoridade por parte dos pais, assim como a importância de se construir uma relação baseada na autenticidade e na democracia, tanto para as crianças quanto para seus pais.

Com base na análise dessas informações, ressaltamos a influência e importância da família na formação do futuro cidadão. Pois, quando uma criança nasce em um sistema familiar disfuncional apresenta-se amplas possibilidades dela desenvolver um problema emocional que, de acordo com Novaes (1970), dificultará a sua integração ao ambiente, bem como, perturbará não só a sua capacidade de atenção, de concentração, de raciocínio, mas sobretudo, a de relacionamento. Esses problemas acarretarão num encargo que a criança sozinha não pode suporta e a escola não pode assumir a sua responsabilidade, a família precisa está envolvida no cotidiano da criança para que, quando necessário, possa orientá-la.

3.1 Separação e as transformações familiares

Podemos apontar, como um dos maiores problemas, a separação e as transformações que essa família sofre durante esse processo.

Esse item chama atenção porque, durante minha caminhada profissional, observamos as transformações que a separação de alguns pais causa durante o ano letivo. Problemas conjugais sempre existirão, porém estes são a origem de tantos divórcios.

Sobre o assunto Tiba (2002, *apud* CASARIN, 2007), afirma que a sociedade moderna educa as pessoas para exigir o “máximo” da vida, não aceitando os limites de uma relação com o outro. De fato, em uma separação, os sentimentos de perda são muito grandes,

principalmente quando há filhos. Os sentimentos fortes de fracasso, frustração, raiva e desejos de vingança são comuns quando um casamento é desfeito, na maioria dos casos isso é transmitido aos filhos, mesmo que esse não seja o desejo nessa fase de ruptura.

Na escola, entendemos que antes da decisão do divórcio, a criança que passa por uma situação conflituosa e emocional, com brigas, ameaças e desabafos dos pais, entre si e com os próprios o filho.

Para Johnson (1993), mesmo se pais e parentes forem cooperativos e derem um total apoio à criança, ainda assim ela pode passar por um trauma causado pelo divórcio que afetará seu desempenho na escola, acrescidos do stress emocional dos pais, dificultando para a criança manter seus pensamentos voltados para a escola.

De fato, existem casos em que as crianças são preservadas, porém não são todos os casos, pois há situações em que elas aspiram todo o conflito e sofrimento dos pais.

Segundo Gardner (1980, *apud* CASARIN, 2007), as separações mais difíceis, principalmente nos casamentos de pessoas muito dependentes, com história de perda familiar, despertam grandes temores na criança e sensações de insegurança e desamparo. É comum que nesse período o(a) filho(a) precise mostrar seu desagrado, mesmo que isto seja involuntário, expondo-o através de bloqueios e retrações escolares, o que abala os pais. Um fator importante a destacar é o resultado nos estudos. Na concepção do autor, as crianças apresentam alguns sintomas visíveis nos primeiros anos após o divórcio, principalmente na escola.

A separação é um fator interno negativo, que causam transtornos emocionais e problemas complexos nas crianças.

Na escola, em muitos casos, de acordo com Casarin (2007), a criança se apresenta quieta e concentrada no seu canto; em casos mais além, elas apresentam revoltas e raiva, brincando ou perturbando o tempo todo. Souza (1995, *apud* CASARIN, 2007, p. 31) salienta que “a criança, ou adolescente, com suas crenças e expectativas, pode não compreender claramente o que está acontecendo, sente-se culpado pelos problemas familiares”. Refletindo, assim, no seu cotidiano a frustração de ter causado a desordem entre seus pais.

Sendo nesses casos é necessário que haja o diálogo e a conscientização da criança sobre o que está acontecendo, é muito importante, pois ela sabe que está acontecendo alguma coisa e precisa saber do que se trata – para que isso não o prejudique socialmente. Essa mesma informação deve ser passada para escola, que a criança frequenta, e os familiares para poder socorrer os pais emocionalmente quando for preciso.

Normalmente, o primeiro sinal que a criança apresenta ao lidar com a separação, é na escola. Suas notas apresentam distorção da normalidade e seu comportamento muda bruscamente. Por isso, a escola tem que estar ciente da situação do educando para poder, também, auxiliar os pais quando for preciso.

Sobre o assunto Casarin (2007, p. 23) afirma que, “se os pais, ou a sociedade, em sua maioria forem esclarecidos, existe a possibilidade de a escola compreender e auxiliar na superação de alguns conflitos, desajustes relacionais e dificuldades escolares que seriam, sem dúvida, resolvidos a tempo”.

Nesse contexto, podemos entender que a separação em muitos casos é inevitável, sobretudo, não é somente os pais ou a criança que devem estar preparados para as transformações emocionais que o divórcio venha a causar, a escola também, em parceria com os pais, deve estar consciente do que está acontecendo com a família para que não cometa, indiretamente, um erro punido a criança por algo sem saber que há um motivo de força maior.

Na opinião de Johnson (1993), muitos pais sabotam a felicidade e o ajustamento de seus filhos após o divórcio, não cooperando com a outra parte nos pontos básicos referentes ao bem estar das crianças. A escola é um ponto crucial para este ajustamento.

Portando, a conjuntura escola e família como parceiras incumbir-se de estabelecer o ajuste emocional e aprendizagem da criança, principalmente, nas séries iniciais. Sendo esse ajuste tanto pedagógico quanto social, para que essa a criança tenha um patamar educativo aceitável.

CAPÍTULO III

4 Tecendo a relação entre a família, escola e aprendizagem

A escola tal como conhecemos atualmente, surgiu no período da República em 1889, a mesma era considerada fundamental para a construção da sociedade e nasceu marcada pelo ideário da civilização e do progresso para todos. De acordo com Castro e Regattieri (2010),

A ação educacional no Brasil começou, ainda no período colonial, como uma ação para as elites, calcada nos valores da cultura europeia, de conteúdo livresco e aristocrático. Para as classes populares, a educação, quando existia, voltava-se para a preparação para o trabalho e era quase uma catequese – o objetivo principal era moralizar, controlar e conformar os indivíduos às regras sociais (CASTRO; REGATTIERI, 2010, p. 21).

A partir da citação anterior, podemos observar que desde no período colonial da proposta educacional brasileira já se apresentava com uma diferenciação no atendimento por classe social, entre ricos e pobres.

Ainda tomando como referência as referidas autoras, a escola se transformou numa instituição fundamental para a sociedade brasileira, há pouco mais de 100 anos, podendo ser considerada uma instituição republicana.

No ideário republicano a educação escolar se associava à crença na civilização e no progresso. A importância crescente da escola primária teve como contraponto a desqualificação das famílias para a tarefa de oferecer a instrução elementar, progressivamente delegada à instituição escolar, cujos profissionais estariam tecnicamente habilitados para isso (CASTRO; REGATTIERI, 2010, p. 21).

Com a criação da escola primária, o estado começou a questionar a capacidade da família em educar os filhos. Afirmando que as crianças deveriam ir para a escola na idade certa, determinada pelo o governo na época, a partir de 4 anos de idade.

No quadro de contraposição da educação moderna e a educação doméstica que, no novo regime da Escola Nova, foram criadas as escolas públicas, afirmando a ideia de que, segundo Castro e Regattieri (2010, p. 21), “as famílias não estavam mais qualificadas para as tarefas do ensino”.

Além de terem de mandar os filhos à escola, os familiares precisavam também ser educados sobre os novos modos de ensinar. O Estado passa a ter

um maior poder diante da família, regulando hábitos e comportamentos ligados à higiene, saúde e educação (CASTRO; REGATTIERI, 2010, p. 22).

Para o estado, essa era a única forma de conseguir alcançar as crianças mais pobres, com um atendimento assistencialista nas escolas. Esse tipo de atendimento está ligado à higiene, alimentação e saúde.

Apenas, no final da Primeira República e início do governo de Getúlio Vargas, como aponta Castro e Regattieri (2010), consolida-se a dimensão reformista da escola, sobretudo no que se refere às camadas mais pobres.

Nessa cruzada pelos bons costumes, com destaque para higiene e alimentação, a mulher é identificada como a grande responsável por garantir a boa ordem no lar e precisa ser reeducada para conhecer e compreender as necessidades infantis (CASTRO; REGATTIERI, 2010, p. 22).

É nesse período que se intensifica a importância da interação entre a escola e a família. Como estratégias as escolas usam os próprios alunos como intermediário dessa interação. A partir daqui a família é vista como peça fundamental na educação, uma ponte auxiliar. Porém, o estado mantém a convicção de que a família não tem função de educadora, apenas de auxiliar da educação. Afirmando que a função de educar deve ser exercida por profissionais com saberes, poderes, técnicas e métodos próprios.

De acordo com Castro e Regattieri (2010, p. 22), “essa demarcação separa familiares e profissionais da educação, distinguindo leigos e doutos na promoção da aprendizagem escolar”. Sendo, a escola vista como uma instituição especializada em “socializar” as crianças, enquanto à família, assim como às igrejas uma “organização social”, responsável por receber essas crianças socializadas pela instituição escolar.

Contudo, a família sofreram mutações que acompanharam o desenvolvimento da sociedade e os pais tiveram que mudar também na forma de educar os filhos, trocando as palmadas pelo diálogo ou castigos, entendendo de outra forma – sendo mais amigos deles. Essas famílias atingiram uma complexidade histórica e transformações profundas, assim como as escolas, que tiveram que acompanhar essas mudanças. De acordo com Castro e Regattieri (2010), não surpreende então que família e escola, obrigadas a conviver e partilhar desigualmente a responsabilidade pela educação das novas gerações, às vezes conduzam o trabalho de forma substancialmente diferente.

De modo geral, ao percorrer esta história, podemos compreender a origem de algumas práticas pedagógicas que ainda hoje estão presentes no pensamento educacional a não ser pela

sua atualização. A recuperação deste fio de meada pode nos dar ideia da fundamental importância que tem relação à família e escola na educação, principalmente nas séries iniciais.

A relação família e escola e a função de educar é um dos assuntos mais discutidos na atualidade, pois nessa relação permeiam dúvidas do tipo dever e limites – qual é o dever da família e os limites da escola na educação. Isso se dá porque a família, na contemporaneidade, é aquela que o pai e a mãe trabalham e não tem muito tempo para os filhos. E a escola, é aquela que pede socorro sempre que algo acontece na escola, porque ela tem seus limites e segue suas regras.

Segundo Santo (1997), existem algumas incongruências nas expectativas apresentadas pela família em relação à escola, pois a família alega que trabalha muito e espera que os professores instrua e eduque seus filhos e transmitam valores tanto morais quanto princípios éticos e padrões de comportamento, que abrangem desde boas maneiras até hábitos de higiene pessoal. Enquanto, a escola está sobrecarregada com uma formação ampla, o que acaba interferindo na sua função de ensinar os conteúdos curriculares e implica nos conteúdos de natureza que auxiliam no desenvolvimento cognitivo.

De acordo com Santo (1997), os professores também apresentam algumas expectativas em relação aos pais. Pois, acreditam que a família deveria estabelecer limites e ensinar a seus filhos os princípios básicos nas relações de boa convivência com as pessoas e, ainda, hábitos de boa alimentação e higiene pessoal.

Em vista disso, é que ressaltamos a necessidade de uma comunicação entre a família e escola, apesar de cada uma apresentar valores e objetivos próprios quanto à educação, as duas participam, inevitavelmente, desse processo educativo. Visto que, nem uma nem outra funciona isoladamente.

Tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa instituição. A escola tem sua metodologia filosofia, no entanto ela necessita da família para concretizar seu projeto educativo (PAROLIM, 2003, p. 99).

De fato, a família é a primeira instituição educativa da criança, pois é com ela que a criança tem as primeiras bases psicológicas, vivência e aprende sobre os costumes e cultura, sendo estas bases é formadora da criança como cidadã. Não podendo, então, a escola assumir essa instituição primeira. Porém, a escola pode assumir o papel de integração da criança a sociedade, de acordo com o seu nível de desenvolvimento, ou seja de acordo com sua idade cronológica, e algumas coisas que a família ensina no início da vida da criança, como os

primeiro passos, o hábito de comer e higiene, não podem mais ser ensinados na escola com a criança em idade mais avançada, podendo apenas ser orientada. Sendo esta orientação os limites da escola.

A escola tem que educar a criança a partir de valores éticos que servirão para integrá-la a sociedade, com a função de desenvolver o potencial da aprendizagem, não podendo assumir a total educação da criança, como os pais esperam. Quanto à escola e a educação Outeiral e Cerezer (2003, *apud* JARDIM, 2003), afirma que:

A escola e a educação estão sem definição de como conciliar suas necessidades de uma sociedade em mudança permanente (com contestação, transformações e mudanças de paradigmas e valores) a uma proposta educacional que prepare o homem do futuro (OUTEIRAL; CEREZER, 2003, *apud* JARDIM, 2006, p. 43).

Na realidade é que tanto a escola quanto a família atribui um a responsabilidade para o outro, acontecendo entre eles uma confusão de papéis e cobranças. O que parece ocorrer uma incapacidade de compreensão por parte dos pais a respeito daquilo que é transmitido pela escola e por outro, uma falta de habilidade da escola em promover comunicação.

De acordo com Jardim (2006), a família e a escola são parceiras em relação à educação dos filhos, pois nenhuma das duas pode substituir totalmente a outra, tornando-se assim necessário o bom relacionamento entre ambas, contribuindo cada uma com a sua experiência e respeitando as necessárias exigências, tanto dos pais quanto da escola. Para referida a autora (p. 43), “é importante que a família desempenhe um papel chave nas instruções ou transmissão de valores da cultura para criança”. E, é através da participação efetiva nos eventos diários da família que se espera que a criança aprenda a valorizar a propriedade, a lei e a ordem e a respeitar os direitos. E quanto à escola, as expectativas são as de que ela “dê continuidade à educação, pois esta realiza melhor função quando pode ampliar e aprofundar a educação já iniciada pela família” (p. 44).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu pensar sobre ação educativa, a profissão de professor e alguns desafios que permeiam a educação, como preparar a criança para inserção na sociedade. Contudo, para essa importante tarefa, de preparar, o educador, assim como o professor não podem atuar sozinhos nessa ação, é preciso compartilhar dessa atitude com quem também procura o bem-estar dessa criança, como a família. Que, mesmo sendo uma instituição diferente da escola, tem comum objetivo, integrar a criança socialmente.

Nesse contexto, analisando a história da relação que se estabelece entre família e escola ao longo do tempo, com o apoio de Castro e Regattieri (2010), vimos que as fronteiras e as relações entre essas instituições mudaram vertiginosamente no Brasil nos últimos 60 anos. De uma escola para poucos, chegamos a uma escola de massas com um alunado com características completamente diferentes daquelas apresentadas nas escolas tradicionais. Hoje, trabalhamos com um novo tipo de aluno, um novo tipo de família que desafiam os educadores.

De acordo com as referidas autoras, no passado recente, quando nos deparamos com os problemas sociais do entorno, trazidos para a escola na bagagem de seus novos alunos, cometemos alguns erros que devem ser evitados, como por exemplo, não podemos retomar a mítica de que a escola como sistema educativo é o único e principal fator da mudança social. Uma das poucas certezas que temos hoje é que o desafio de garantir o direito de todas as crianças a uma educação de qualidade transcende as políticas educativas e se inscreve no centro das políticas sociais de desenvolvimento. Isso não significa retirar da escola seu papel específico na socialização do saber e na formação de atitudes compatíveis com a vida em sociedade, mas sim atribuir-lhe novas funções de articulação de outros atores para que não se sobrecarregue tentando resolver os problemas do mundo, que atravessam as salas de aulas.

Sobretudo, este estudo se propôs dar um passo para a articulação de esforços teóricos e práticos a partir do levantamento de bibliografias pertinentes sobre o assunto e o meu relato de experiência, o que evidenciou a influência e importância da família na aprendizagem da criança. E de como é fundamental as peças família e escola numa relação efetiva para um bem comum – a aprendizagem, o que propicia condições necessárias para que o educando tenha um bom desempenho escolar.

Para tanto é preciso que a escola propicie oportunidades de encontro e comunicação entre os pais e os docentes. Ou seja, que os pais encontre as portas abertas para que se sintam

a vontade para conversar sobre os problemas e dificuldades eventuais que possam acontecer em casa e/ou na escola.

Portanto, reconhecemos que as escolas abrem esta oportunidade para que os pais visitem a escola e abram-se para eles quando necessário, porém essa abertura precisa ser enfatizada de forma que signifique que a escola esteja realmente disposta a escutar e, não apenas “venha se precisar”.

Nesse contexto, chegamos à conclusão de que alcançamos os nossos objetivos, que consistia tecer a importância da família no processo de ensino e aprendizagem da criança nas séries iniciais. E, durante a pesquisa para alcançar o objetivo proposto no início para desenvolvermos o trabalho, vimos que assim como a família, que funciona como base institucional para criança, como o seu comportamento e interação com o mundo, a escola tem grande importância na formação social da criança. E, a sua interação, entre escola e família, atuam como agentes facilitadores no desenvolvimento pleno do educando.

Acreditamos, ainda, que este trabalho é de grande valia tanto para a minha formação quanto para os docentes e escolas que não saibam como lidar com algumas situações problemas na sala de aula. A sugestão é abrir as portas da escola e convidar os pais para encontros diversos durante o ano letivo, para assim abrir questões, sobre o comportamento e as dificuldades quanto às atividades e atitudes dos discentes. Para isso aconteça, é preciso planejar, estabelecer compromissos entre os pais e a escola, para que o educando tenha uma educação de qualidade tanto em casa quanto na escola.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cristiano das Chagas. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trabalho apresentado a Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministérios das Comunicações, 1988.

CASARIN, Nelson Elinton F. **Família e aprendizagem escolar**. Dissertação apresentada a Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2007.

CASTRO, Margareth; REGATTIERI, Marilza (Org.). **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares**. Brasília: UNESCO/MEC, 2009.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002.

EVANGELESTA, F; GOMES, P. de T. (orgs) **Educação para o pensar**. Campinas: Alínes, 2003.

FARIAS, Cristiano Chaves de (coordenador). **Temas atuais de Direito e Processo de Família**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2004.

JARDIM, Ana Paula. **Relação entre família e escola: proposta de ação no processo ensino-aprendizagem**. Dissertação apresentada a Universidade do Oeste Paulista. São Paulo, 2003.

JOHNSON, Laurene. **Divorcio: e os filhos?** seus filhos podem sobreviver aos efeitos do divórcio. *Série Superação Pessoal*. Trad. Maria Beatriz Monteiro. São Paulo: Maltese-Norma, 1993.

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **A Repersonalização das Relações de Família**. In: DEL'OLMO, Florisbal de Souza; ARAÚJO, Luís Ivani de Amorim (coords.). *Direito de Família Contemporâneo e Novos Direitos*: Estudo em homenagem ao Professor José Russo. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 99-114.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito na história: lições introdutórias**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 06-07.

MACHADO, José Jefferson Cunha. **Curso de Direito de família**. Sergipe: UNIT, 2000.

MUÑOZ, J.; FRESNEDA, M.D.; MENDOZA, E.; CARBALLO, G.; PESTUN, M.S.V. **Descrição, avaliação e tratamento dos transtornos de aprendizagem**. In: Orgs. CABALLO, V.; SIMON, M.A. *Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente: Transtornos específicos*. São Paulo: Santos, 2005.

NOVAES, Maria Helena. **Psicologia escolar**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PAROLIM, I. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. 5ª Jornada de Educação do Norte e Nordeste. Fortaleza, 2003.

ROCHA, Marco Túlio de Carvalho. **O conceito de família e suas implicações jurídicas** (recurso eletrônico): teoria sóciojurídica do direito de família. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SANTO, Joana Maria Di. **Família e escola**: uma relação de ajuda (1997). Disponível em: <<http://www.ines.org.br/paginas/revista/texto2.htm>>. Acessado em: 10 Jul./2013.

SOUSA, Ana Paula de; JOSÉ FILHO, Mário. *A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional*. **Revista Iberoamericana de Educación**. n. 44/47, p. 1-8, 10 jan. 2008.

ZAGURY, Tânia. **Sem padecer no paraíso**: em defesa dos pais ou sobre a tirania dos filhos. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.